



Regimento do Procedimento Concursal Prévio à Eleição do Diretor e sua Eleição

2017/ 2021

(Documento elaborado tendo por base o Decreto lei nº75/2008 de 22 de abril com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Lei nº 137/2012, de 2 de Julho e aprovado em sede de Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Oliveira Júnior, em 16 de março de 2017)

Regimento do Procedimento Concursal Prévio à Eleição do Diretor e sua Eleição

Artº 1º- Objeto

1- O presente regimento define as condições de candidatura, as normas do procedimento concursal prévio à eleição e as regras a observar na eleição do diretor do Agrupamento de Escolas Oliveira Júnior, AEOJ, nos termos do Decreto lei nº75/2008 de 22 de abril com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Lei nº 137/2012, de 2 de julho (regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário).

2- O presente regimento aplica-se à situação de cessação de mandato do diretor, previstas no artigo 25º, do Decreto lei nº75/2008 de 22 de abril com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Lei nº 137/2012, de 2 de julho.

2.1 Devem observar-se os seguintes prazos:

- a) O procedimento concursal deve ser desencadeado até sessenta dias antes do término do mandato de quatro anos.
- b) Os sessenta dias deste prazo contam-se, seguidos e para trás, a partir do dia do mês em que ocorreu a tomada de posse do diretor cessante.

2.2. O procedimento de recrutamento do director para o quadriénio 2017/2021 deve ser desencadeado até 5 de Abril e o diretor deve ser eleito até 2 de Junho do ano escolar em curso.

Artº 2º- Recrutamento

1- O diretor é eleito pelo Conselho Geral por votação secreta e presencial.

2- Para recrutamento do diretor, desenvolve-se um procedimento concursal, prévio à eleição, que se divulga por um aviso de abertura, nos termos do art.º 3º, deste regimento.

3- Compete ao Conselho Geral deliberar a abertura do procedimento concursal, prévio à eleição do diretor do agrupamento de escolas, consoante as situações definidas no ponto 2, do artigo 1º, deste regimento.

4- Podem ser opositores ao procedimento concursal, os candidatos que reúnam os requisitos constantes nos pontos 3 e 4 do art.º 21º do Decreto lei nº75/2008 de 22 de abril com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Lei nº 137/2012, de 2 de julho.

Artº 3º- Aviso de Abertura

1- O aviso de abertura do procedimento concursal é publicitado por:

- a) Afixação no local próprio para o efeito de cada uma das escolas do agrupamento;
- b) Divulgação na página eletrónica do agrupamento de escolas e do serviço competente do Ministério da Educação e Ciência;
- c) Publicação no Diário da República, a seu tempo divulgado num jornal de expansão nacional.

2- O aviso de abertura do procedimento concursal deverá conter os seguintes elementos:

- a) Identificação do agrupamento de escolas e dos seus contactos mais expeditos;
- b) Referência aos requisitos de admissão ao procedimento concursal - ponto 4 do art.º 2º, deste regimento;
- c) Regras práticas a cumprir pelo candidato - forma de apresentação da candidatura, prazos e documentação a apresentar;

- d) Os métodos utilizados para a avaliação da candidatura;
- e) A data e horário de realização das entrevistas individuais.

3- No Anexo III deste regimento apresenta-se o modelo do Aviso de Abertura do Concurso.

Artº 4º- Apresentação da Candidatura

1-As candidaturas devem ser formalizadas no prazo de 10 dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação do respetivo aviso no Diário da República.

2- No ato de apresentação da candidatura, os candidatos devem entregar pessoalmente, contra comprovativo, nos serviços administrativos da escola-sede (Escola Básica e Secundária Oliveira Júnior), ou enviar por correio registado com aviso de receção, expedido até à data limite do prazo fixado no ponto anterior, com carácter obrigatório e sob pena de exclusão, os seguintes elementos:

- a) Requerimento de apresentação a concurso, em modelo próprio do agrupamento de escolas - Anexo II deste regimento - disponibilizado no sítio do AEOJ, na INTERNET, www.aej.org, ou nos serviços administrativos da escola-sede;
- b) Curriculum vitae detalhado, contendo todas as informações consideradas pertinentes, acompanhado de prova documental dos seus elementos, com exceção da dos que se encontram arquivados no respetivo processo individual, desde que este se encontre neste agrupamento de escolas;
- c) Projeto de intervenção no agrupamento, nos termos do ponto três, do artigo 22º-A, do Decreto lei nº75/2008 de 22 de abril com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Lei nº 137/2012, de 2 de julho. No projeto de intervenção, o candidato identifica os problemas, define a missão, as metas e as grandes linhas de orientação da ação, bem

como a explicitação do plano estratégico a realizar no mandato.

3- É obrigatória a prova documental dos elementos constantes do curriculum, com exceção dos que se encontrem arquivados no processo individual do candidato desde que este se encontre neste agrupamento de escolas.

4- Podem, ainda, fazer entrega ou declaração de outros elementos, devidamente comprovados, que considerem relevantes para apreciação da sua candidatura.

5- Quaisquer elementos de carácter facultativo, entregues sem comprovativo inequívoco, não são tidos em conta na apreciação da candidatura.

Artº 5º- Apreciação das Candidaturas

1- As candidaturas são analisadas pela comissão especialmente designada para o efeito, em reunião plenária, pelo Conselho Geral, de 27 de Fevereiro de 2017 constituída por 7 dos seus membros, que passa a designar-se como Comissão Eleitoral.

2- Após o termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, a Comissão Eleitoral procede à verificação dos requisitos obrigatórios de candidatura, excluindo os candidatos que os não tenham cumprido e exarando despacho fundamentado.

3- Como resultado da apreciação referida no ponto anterior, a Comissão Eleitoral constitui duas listas: a Lista A, dos candidatos admitidos a concurso e a lista B, dos candidatos excluídos do concurso.

4- A publicitação das listas referidas no ponto anterior far-se-á nos seguintes termos:

- a) A lista A, dos candidatos admitidos a concurso, e a lista B, dos candidatos excluídos do concurso serão afixadas no local próprio para o efeito da escola sede do agrupamento, bem como, na sua página eletrónica, no prazo de cinco dias úteis a

partir da data do termo fixado para apresentação das candidaturas;

- b) A cópia e correspondentes despachos de exclusão de candidatos depositam-se nos serviços administrativos da escola-sede, para consulta dos interessados.

5- Para admissão ou exclusão das candidaturas ao procedimento concursal, consideram-se como meios únicos de notificação dos candidatos, os procedimentos do ponto anterior.

6- Das decisões de exclusão, proferidas pela Comissão Eleitoral, cabe recurso, com efeitos suspensivos, a interpor para o Conselho Geral, no prazo de dois dias úteis, a contar da data da afixação das listas de candidatos excluídos do concurso. O recurso será apreciado e decidido no prazo de cinco dias úteis, nos termos do ponto quatro, do artigo 22º-B do Decreto lei nº75/2008 de 22 de abril com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Lei nº 137/2012, de 2 de julho.

7. A decisão relativa aos recursos apresentados pelos candidatos excluídos será publicitada por afixação do despacho de decisão do Conselho Geral relativo aos recursos apresentados. O referido despacho será afixado em local próprio para o efeito da escola sede do agrupamento, bem como, na sua página eletrónica, no prazo de 5 dias úteis a partir da data da referente deliberação do Conselho Geral.

8- O despacho justificativo da deliberação do Conselho Geral referida no ponto anterior será depositado nos serviços administrativos da escola-sede, para consulta dos interessados.

9- A Comissão Eleitoral procede à apreciação de cada uma das candidaturas admitidas, considerando obrigatoriamente:

- a) A análise do Curriculum vitae;
b) A análise do Projeto de Intervenção;
c) O resultado da entrevista individual aos candidatos.

10- Os métodos utilizados para apreciação das candidaturas são aprovados pelo Conselho Geral, sob proposta da Comissão Eleitoral, e a sua

descrição constitui o art.º 11º, Disposições Transitórias, deste regimento.

11- A Comissão Eleitoral elabora um relatório de avaliação das candidaturas que apresenta ao Conselho Geral do qual deve constar, independentemente de um juízo valorativo das candidaturas, um parecer favorável, ou não, à sua eleição.

12- Perante o número de candidaturas admitidas a concurso, a Comissão Eleitoral elabora e apresenta o relatório referido no ponto anterior que, só excepcionalmente, poderá exceder quinze (15) dias úteis contados a partir da publicação da lista de candidatos admitidos a concurso.

13- Em caso algum, pode a Comissão Eleitoral, no relatório previsto nos números anteriores, proceder à seriação dos candidatos.

14- A Comissão Eleitoral pode entender que nenhum dos candidatos reúne condições para ser eleito.

Artº 6º- Eleição

1- O Conselho Geral, em reunião convocada para o efeito, aprecia o relatório de avaliação das candidaturas, presente pela Comissão Eleitoral, e procede à eleição do diretor nos termos do ponto 1, do art.º 2º deste regulamento.

2- Na reunião convocada para discussão e apreciação do relatório de avaliação das candidaturas, o Conselho Geral, pode, para o efeito, antes de proceder à eleição, por deliberação tomada por maioria dos presentes ou a requerimento de pelo menos um terço dos seus membros em efetividade de funções, ou seja, de sete conselheiros, decidir efetuar a audição oral dos candidatos, podendo nesta sede serem apreciadas todas as questões relevantes para a eleição.

3- A notificação da realização da audição oral dos candidatos e as respetivas convocatórias são efetuadas com a antecedência de, pelo menos, oito dias úteis.

4- A falta de comparência do interessado à audição não constitui motivo do seu adiamento, podendo o

Conselho Geral, se não for apresentada justificação da falta, apreciar essa conduta para o efeito do interesse do candidato na eleição. Da audição é lavrada ata contendo a súmula do ato.

5- Após a discussão e apreciação do relatório e a eventual audição dos candidatos, o Conselho Geral procede à eleição do diretor, considerando-se eleito o candidato que obtenha maioria absoluta dos votos dos membros do Conselho Geral em efetividade de funções.

6- No caso de o candidato ou de nenhum dos candidatos sair vencedor, nos termos do número anterior, o Conselho Geral reúne novamente, no prazo máximo de cinco dias úteis, para proceder a novo escrutínio, ao qual são admitidos consoante o caso, o candidato único ou os dois candidatos mais votados na primeira eleição, sendo considerado eleito aquele que obtiver maior número de votos favoráveis, desde que em número não inferior a um terço dos membros do Conselho Geral em efetividade de funções, ou seja, de sete conselheiros.

7- Sempre que o candidato, no caso de ser único, ou o candidato mais votado, nos restantes casos, não obtenha, na votação a que se refere o número anterior, o número mínimo de votos nele estabelecido, é o facto comunicado ao serviço competente do Ministério da Educação, para os efeitos previstos no artigo 66º do Decreto Lei nº75/2008 de 22 de abril com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Lei nº 137/2012, de 2 de julho.

Artº 7º- Impedimentos

1-Se algum dos candidatos a diretor for membro efetivo do Conselho Geral, ficará impedido de participar nas reuniões convocadas para apreciação das candidaturas e eleição do diretor.

Artº 8º- Notificação e Homologação dos Resultados

1- Do resultado do processo concursal e da eleição, o Presidente do Conselho Geral, dará conhecimento:

- a) Ao diretor eleito e ao diretor-geral da Administração Escolar, através de correio

registado com aviso de receção, no dia útil imediatamente a seguir ao da tomada de decisão;

- b) À comunidade escolar, por aviso publicitado na página eletrónica e no local próprio para o efeito da escola sede do agrupamento, após o diretor eleito ter tomado conhecimento do facto.

2- O resultado da eleição do diretor é homologado pelo diretor-geral da Administração Escolar nos 10 dias úteis posteriores à sua comunicação pelo presidente do Conselho Geral, considerando-se após esse prazo tacitamente homologado.

3- A recusa de homologação apenas pode fundamentar-se na violação da lei ou dos regulamentos, designadamente do procedimento eleitoral.

4- A eleição só produz efeitos após a homologação.

Artº 9º- Tomada de posse

1- O diretor toma posse perante o Conselho Geral, nos 30 dias subsequentes à homologação dos resultados da eleição.

Artº 10º- Legislação Aplicável

1- Decreto lei nº75/2008 de 22 de abril com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Lei nº 137/2012, de 2 de julho. 2- Código do Procedimento Administrativo.

Artº 11º- Disposições Transitórias

1- Para efeitos do disposto nos pontos nove e dez do artigo 5º, deste regimento, no que respeita à eleição do diretor deste agrupamento de escolas, os métodos a utilizar na apreciação das candidaturas referentes, são:

- a) Análise do curriculum vitae, visando apreciar a sua relevância para o exercício do cargo;
- b) Análise do Projeto de Intervenção na escola, visando apreciar a sua relevância e a pertinência da respetiva programação;

- c) Análise do resultado da entrevista que visa, além da eventual clarificação de aspetos relativos às alíneas a) e b), apreciar algumas características do candidato a nível da personalidade e seu posicionamento perante o cargo e a conjuntura do Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário.

2- Os parâmetros e critérios a aplicar são os que constam do Anexo I, deste regimento.

3- Para concretização do disposto nos pontos um e dois, do presente artigo, a Comissão Eleitoral elabora os respetivos guiões de apreciação.

Artº 12º- Disposições Finais

1- As situações ou casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Geral, em respeito pela Lei.

ANEXO I

Parâmetros e critérios para Avaliação de Candidaturas a Diretor do Agrupamento de Escolas Oliveira Júnior

I - Parâmetros

1. Análise do *curriculum vitae*
 - 1.1. Habilitações académicas
 - 1.1.1. Qualificação académica/ profissional.
 - 1.1.2. Qualificação para o exercício de funções de administração escolar.
 - 1.2. Experiência profissional
 - 1.2.1. Tempo de serviço.
 - 1.2.2. Experiência em funções de administração e gestão escolar.
 - 1.2.3. Outras capacitações — participação em investigação, estudos, projetos com publicação de trabalhos, artigos ou livros, comunicações escritas, etc., que sejam consideradas de mérito profissional ou científico e/ ou com afinidade funcional com o cargo de diretor.
 - 1.3. Formação profissional — cursos de especialização, excluindo os considerados no fator das habilitações académicas, seminários ou outras ações de formação, com ou sem avaliação, relacionadas com a área funcional da Gestão Escolar, em que o candidato tenha participado como formando ou formador.
2. Análise do Projeto de Intervenção na escola
 - 2.1. Avaliação da Forma
 - 2.1.1. Apresentação do documento:
 - a) Tipo de letra: Arial
 - b) Tamanho: 11
 - c) Espaçamento: 1.5
 - d) Máximo de 20 páginas A4.
 - 2.1.2. Estrutura — Organização dos conteúdos.
 - 2.1.3. Expressão escrita.
 - 2.1.4. Objetividade – elementos essenciais/ elementos supérfluos.
 - 2.2. Avaliação de Conteúdo — Relevância do Projeto.
 - 2.3. Programação apresentada — calendarização e avaliação das atividades.
3. Análise do resultado da entrevista
 - 3.1. Capacidade de exposição, comunicação e argumentação.
 - 3.2. Capacidade de liderança e organização.
 - 3.3. Conhecimento da realidade escolar do AEOJ.
 - 3.4. Visão estratégica e estrutural do Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário.
 - 3.5. Sensibilidade para os problemas multifacetados da comunidade escolar.

II- Critérios gerais de apreciação

1. Para cada um dos parâmetros em avaliação, são considerados três níveis de desempenho (Suficiente, Bom e Muito Bom).
2. O nível obtido em cada item é aferido pelo nível dominante nesse parâmetro.
3. A apreciação final é expressa em termos de:

“reúne / não reúne condições para o exercício do cargo”.

Aprovado em sede do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Oliveira Júnior, em ____ de março de 2017.
A Presidente do Conselho Geral: _____

ANEXO II
CONSELHO GERAL

REQUERIMENTO PARA CANDIDATURA À ELEIÇÃO DE DIRETOR

Ex.^{ma} Sr.^a Presidente do Conselho Geral:

(Nome) _____

nascido/a em ___/___/_____, portador/a do BI/CC n.º _____, emitido pelo Arquivo de _____ em ___/___/_____, válido até ___/___/_____, e do cartão de identificação fiscal n.º _____, natural da freguesia de _____, concelho de _____, distrito de _____, (estado civil) _____, residente em _____, código postal _____-_____, _____, contactável através de telefone fixo n.º _____, telefone móvel n.º _____ e endereço eletrónico _____

Possuidor de (habilitações académica) _____

e (habilitação profissional) _____

com classificação profissional de _____ valores, Professor/a do(1) _____, de (2) _____ do grupo de docência (3) _____, tempo de serviço _____

solicita a V. Ex.^a a admissão ao concurso, aberto pelo aviso de abertura n.º-_____ publicado no *Diário da República*, 2ª Série, n.º _____, de ___ de _____ de 20___, para recrutamento e eleição do Diretor do Agrupamento de Escolas Oliveira Júnior

juntando para o efeito ___ documentos, que discrimina no verso desta folha.

Pede deferimento,
S. João da Madeira, ___ de _____ de 20___

O candidato,

(assinatura, conforme BI/ CC)

- (1) Quadro de Agrupamento de Escolas/ Quadro de Escola Não Agrupada/ Quadro de Zona Pedagógica/ Contratado(a)
(2) Nome do Agrupamento de Escolas/ Escola Não Agrupada
(3) Número e designação do grupo de docência

CONSELHO GERAL
REQUERIMENTO PARA CANDIDATURA À ELEIÇÃO DE DIRETOR
Declaração e Comprovativo da entrega de Documentos

Declaro que, para os efeitos supra, entreguei os seguintes documentos:

N.º	Descrição dos documentos	N.º de Pág.
1	<i>Curriculum vitae</i>	
1	Projeto de Intervenção	
	Fotocópia dos Certificados de habilitações académicas	
1	Fotocópia do Certificado de Habilitação Profissional	
	Fotocópia dos Certificados de formação profissional	
1	Declaração dos serviços de origem relativos à situação atual do candidato	
	Prova documental dos elementos do <i>curriculum</i> , não referidos acima:	

AEOJ, ____ de _____ de 20__

O Requerente,

Declaro que, para os efeitos supracitados, recebi do requerente, na mesma data, os documentos acima referidos.

A Comissão Eleitoral,

ANEXO III

Modelo do Aviso de Abertura do Concurso a Diretor (a publicar na 2ª Série do Diário da República)

Agrupamento de Escolas Oliveira Júnior

Aviso

Nos termos do disposto no artigo 22º do Decreto lei nº75/2008 de 22 de abril com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Lei nº 137/2012, de 2 de julho, torna-se público que se encontra aberto concurso para provimento do lugar de Diretor do Agrupamento de Escolas Oliveira Júnior, em São João da Madeira, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no Diário da República, nos seguintes termos:

1. Os requisitos para admissão ao concurso são os estipulados nos pontos 3 e 4 do art.º 21º do Decreto lei nº75/2008 de 22 de abril com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Lei nº 137/2012, de 2 de julho.
2. Formalização da candidatura:
 - 2.1. A formalização da candidatura é efetuada através da apresentação de um requerimento, em modelo próprio do Agrupamento de Escolas, disponibilizado nos serviços administrativos da escola-sede e na página eletrónica do agrupamento de escolas - www.aej.org
 - 2.2. O requerimento referido no ponto anterior é apresentado ao Presidente do Conselho Geral e contém os seguintes elementos: identificação completa, habilitações académicas e profissionais, situação profissional, morada atual e contactos expeditos, identificação do lugar a que se candidata e do aviso de publicitação no DR.
 - 2.3. O requerimento de admissão referido nos pontos anteriores deve ser acompanhado, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:
 - a) Curriculum vitae detalhado e atualizado, datado e assinado, onde constem obrigatoriamente as funções exercidas até ao momento, períodos e datas do exercício, a formação profissional e a situação atual na carreira: serviço de origem, categoria, vínculo e tempo de serviço;
 - b) Projeto de intervenção, relativamente às escolas do agrupamento, onde o candidato identifica os problemas, define a missão, as metas e as grandes linhas de orientação da ação, bem como a explicitação do plano estratégico a realizar no mandato., no máximo de 20 páginas A4 (tipo de letra: Arial; Tamanho: 11; Espaçamento: 1.5).
 - c) Certificados das declarações: certificados das habilitações académicas e da formação profissional, declaração autenticada dos serviços de origem comprovativos da situação atual do candidato;
 - d) Prova documental dos elementos constantes do curriculum, com exceção dos que se encontrem arquivados no processo individual do candidato desde que este se encontre neste agrupamento de escolas.
 - 2.4. Os candidatos podem, ainda, fazer entrega ou declaração de outros elementos, devidamente comprovados, que considerem relevantes para apreciação da sua candidatura.
 - 2.5. Quaisquer elementos de caráter facultativo, entregues sem comprovativo inequívoco, não são tidos em conta na apreciação da candidatura.
 - 2.6. Os candidatos devem entregar todos os documentos referidos nos pontos anteriores, pessoalmente, contra recibo, nos serviços administrativos da escola-sede do agrupamento (Escola Básica e Secundária Oliveira Júnior), ou enviar, por correio registado com aviso de receção, expedido até à data limite do prazo fixado, dirigido ao Presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Oliveira Júnior, Av. Adelino Amaro da Costa 3700 – 023 S. João da Madeira.
 - 2.7. A formalização da candidatura inclui a realização de uma entrevista individual que se realizará na escola sede do agrupamento, no prazo de 10 dias úteis após a divulgação da lista de candidatos admitidos a concurso, entre as 9.30 e as 16.30 horas, em hora e dia a comunicar, pela via mais expedita, ao candidato.
3. Métodos de apreciação das candidaturas
 - 3.1. Serão aplicados os seguintes métodos:
 - a) Análise do curriculum vitae;
 - b) Análise do Projeto de Intervenção no agrupamento de escolas;
 - c) Análise do resultado da entrevista.
 - 3.2. Os critérios a aplicar em cada um dos métodos de avaliação constam do Regimento do Procedimento Concursal prévio à eleição do diretor, podendo ser consultados nos Serviços Administrativos da escola-sede do agrupamento de escolas.
4. A lista dos candidatos admitidos a concurso afixa-se no local próprio para o efeito da escola sede do agrupamento, bem como na sua página eletrónica, no prazo de 5 dias úteis a partir da data do termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas o que se considera como meio único de notificação dos candidatos.

5. A lista dos candidatos excluídos do concurso, cuja cópia e correspondentes despachos de exclusão depositam-se nos serviços administrativos da escola-sede, para consulta dos interessados, será afixada em local próprio para o efeito da escola sede do agrupamento, bem como, na sua página eletrónica, no prazo de 5 dias úteis a partir da data do termo fixado para apresentação das candidaturas.

Visto e aprovado pelo Conselho Geral de 16 de março de 2017.

___ de março de 2017-

A Presidente do Conselho Geral, _____

ANEXO IV

Modelo do Aviso de Publicitação do Concurso a Diretor

(a publicar num jornal de expansão nacional, do dia, ou do dia seguinte ao da publicação no Diário da República do Aviso de Abertura do Concurso para Diretor)

Agrupamento de Escolas Oliveira Júnior

AVISO

Torna-se público que se encontra aberto, nos termos da legislação em vigor, por publicação do Aviso n.º

_____ da II série do *Diário da República* de ____ de _____ de 20____, e publicitação na página da NET da escola, www.aej.org, bem como nas escolas do agrupamento, o **concurso** para **Diretor do Agrupamento de Escolas Oliveira Júnior**, pelo prazo de 10 dias úteis a partir do dia seguinte ao da publicação do aviso no *DR*.

Visto e aprovado pelo Conselho Geral de 16 de março de 2017.

A Presidente do Conselho Geral do AEOJ, _____